

11.2 Desvio e Educação

Nuno Caetano Lopes de Barros Póiares

INTRODUÇÃO

A sociedade portuguesa despertou para esta realidade e a oferta universitária no domínio das ciências criminais, dos comportamentos desviantes e áreas afins, a par do aprofundamento de áreas como as políticas e estudos de segurança, é sintomática, já que se verificou um aumento dessa oferta sem precedentes, sobretudo na última década. Não só por contágio de uma determinada corrente de séries televisivas (onde pontifica o CSI), mas também porque vivemos numa sociedade de risco onde é visível, cada vez mais, uma verdadeira geografia do medo (que nem sempre coincide, como sabemos, com a geografia do crime) que conduz à procura de soluções por parte dos decisores políticos.

Este aspeto torna-se ainda mais significativo quando Portugal demonstra ter a necessidade de ouvir especialistas estrangeiros sobre algo que nos parece evidente mas que, ainda assim, atrai poucos adeptos.

A temática em análise ganha pois especial pertinência numa obra dirigida sobretudo a enfermeiros, profissionais que lidam de perto com as pessoas, com as suas fragilidades, angústias e incertezas, e que, por essa via, devem estar atentos aos sinais, desenvolvendo a capacidade de perceber que cada ser humano é um universo complexo e que encerra em si mesmo, muitas das vezes, um lado mais obscuro e visível apenas aos espíritos mais despertos. É esse o nosso propósito, rumo ao qual esperamos ter conseguido uma aproximação.

DESVIO E EDUCAÇÃO

As matérias relacionadas com o lado mais oculto do ser humano desde sempre cativaram a atenção das pessoas. A curiosidade foi sempre imensa. Recordo o episódio do triplo homicídio ocorrido em fevereiro de 2012 na cidade de Beja, em que um homem de uma família de classe média assassinou à catanada a sua esposa, filha, neta e animais domésticos. E que, inclusivamente, durante uma semana, conseguiu conviver com esse cenário em casa, com os cadáveres deitados nas suas camas, até ao momento em que a Polícia procedeu à sua detenção. Nessa altura, quem lidou mais de perto com esse episódio sentiu na pele os efeitos da curiosidade imensa das pessoas. As interrogações (com origem em todos os cantos do país) foram uma permanente: o que leva um homem a cometer um ato com esta dimensão? Como é que foi capaz de matar a família, no silêncio da noite, enquanto dormiam, confiantes na segurança do seu lar e daquele que também tem o papel de guardião?¹

Vejam outros exemplos recentes para nos apoiar na presente reflexão. O que é que leva um pai a abusar sexualmente da sua filha durante quatro anos (desde os 10 anos de idade da menina) e permitir que os seus dois filhos (de 18 e 13 anos) fizessem o mesmo enquanto o pai observava, como aconteceu em Aveiro?² O que é que leva um indivíduo a atrair menores nas redes sociais para depois consumir atos de chantagem sexual?³ O que é que leva um homem, que em Portugal

¹ Como sabemos, para que um crime ocorra, deve haver convergência de (pelo menos) três elementos: um agressor/infrator motivado, um alvo adequado; e a ausência de um guardião capaz de impedir o crime (Clarke e Felson, 1998, p. 4; Farrell, Graham e Pease, 2005, p. 3).

² In jornal *Correio da Manhã*, 17 de fevereiro de 2012.

³ In revista *Sábado*, 16 de fevereiro de 2012.

Autore:
A colocar
na bibliografia,
a disponibilizar online

tem uma vida dita “normal”, a deslocar-se ao Brasil para satisfazer o seu ímpeto sexual, inclusivamente com bebés de colo? E que mãe é esta que deixa o seu filho com um cliente sozinho durante uma hora? Em suma, como é possível fazer mal a outro ser humano, na maioria das vezes mais vulnerável, contrariando toda uma lógica racional sob a qual assenta o nosso desenvolvimento secular enquanto seres com capacidade de controlar os nossos estímulos mais primários?

São perguntas profundamente inquietantes como estas que, subitamente, invadem o espírito do ser humano quando toma conhecimento de realidades que lhe causam tanta estranheza, sobretudo por configurarem comportamentos extremamente irracionais. O ser humano sente, assim, uma atração natural por tudo o que diga respeito ao lado mais primitivo da sua raça, sobretudo aspetos que se consideram muito próximos dos aspetos mais negativos da nossa condição animal mas que, de certa forma, tentamos ignorar. Mas ela está sempre presente, latente, a aguardar um argumento para ser reavivada. Por vezes, acontece com excessiva facilidade.

São estas interrogações, e inúmeros episódios de práticas desviantes similares, que vão invadindo o seio dos lares, sobretudo através da comunicação social, que nos devem manter despertos para esta realidade. Se é verdade que o Homem trilhou um longo caminho até atingir o atual estádio, onde somos capazes de gerar relações de solidariedade e onde impera a razão; não é menos verdade que alguns sinais reforçam a ideia de que o ser humano está cada vez mais impulsivo, que reage com mais agressividade, que sente maior dificuldade em controlar os seus estímulos mais primários.

O ser humano, como sabemos, é um produto do somatório das suas vivências desde que nasce até que lhe colocam termo à vida. É o resultado das experiências positivas e negativas que foram percebidas, visualizadas ou transmitidas pelos pais, os avós, os irmãos, o grupo de amigos, os professores, a comunicação social, a Internet; de episódios mais ou menos marcantes e do meio envolvente. Somos, pois, um produto do nosso contexto histórico, social, económico, político e familiar.

Nessa medida questionamo-nos, não raras vezes, sobre o porquê de uma tendência crescente para o aumento da violência e agressividade entre as pessoas. O que mudou nas últimas décadas? Vejamos, *brevitatis causa*, alguns dos exemplos que têm sido decisivos.

Para já é óbvio que, em geral, sobretudo após os anos 60 do século passado (na Europa) e após o dia 25 de abril de 1974 (em Portugal), foi alimentada uma certa aversão ao peso da autoridade nas nossas vidas. Isso é evidente na atual dificuldade de imposição dos pais junto dos filhos, dos professores junto dos alunos e das autoridades policiais junto dos cidadãos. Uma mera abordagem a um condutor no âmbito do direito rodoviário é elucidativa e sintomática. Em regra, o cidadão que é abordado por um agente de autoridade exterioriza uma reação negativa. Mesmo que tenha cometido uma infração grave. Mesmo que o agente tenha sido extremamente correto na abordagem inicial. E esta reação negativa aumenta quanto mais jovem for o cidadão, já que, nas pessoas com mais idade, existe uma maior predisposição para o acatamento da voz da autoridade. Porque a educação, de facto, não foi a mesma. A dificuldade dos pais, por exemplo, é de tal forma evidente que começaram a surgir empresas com pacotes de formação com o intuito de ensinarem os pais “a serem pais”.

Por outro lado, a massificação do ensino e o acesso às novas tecnologias gerou, como seria de esperar, uma massa humana mais crítica, mais esclarecida e com um maior poder de questionamento. Contudo, esse questionamento chegou a um ponto insustentável, na medida em que se assiste, com muita frequência, a um questionar permanente, assente, muitas das vezes, em meras opiniões balizadas pelo senso comum, sem que alguém saiba explicar que o questionamento deve estar escudado em argumentação sólida. E que a opinião dos mais velhos deve ser tida em consideração, pela experiência, pelo conhecimento acumulado ao longo de décadas, pelas

“quedas” ao longo da vida. E que o respeito também se transmite através da capacidade de saber escutar em silêncio.

A adesão à CEE e a consequente abertura das fronteiras também trouxe uma nova realidade. Portugal deixou de ser um país fechado em si mesmo, passando a ser um polo de convergência de pessoas com origens e hábitos distintos. Esta realidade, associada à chegada dos portugueses residentes nas antigas colónias do ultramar e aos ciclos de imigração (ciclo africano, ciclo brasileiro e ciclo do leste da Europa), apresentam, agora, uma sociedade portuguesa mesclada, multdiversa, que depressa teve de aprender a conviver com a diferença dentro do seu espaço-nação, algo que outrora acontecia sobretudo além fronteiras. A era pós-25 de abril trouxe, também, o reforço jurídico dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, passando a existir, em simultâneo, um maior controlo interno e externo das forças e serviços de segurança. As pessoas estão mais cientes dos seus direitos. Foram criados, inclusivamente, diversos organismos para confirmar que os direitos são, de facto, respeitados. O escrutínio é permanente.

Temos assim uma nova realidade que é potenciada por outros aspetos não menos importantes.

A mãe passou a trabalhar (também) fora de casa. Esta mudança de paradigma foi decisiva e constitui um aspeto fundamental para a constituição da atual realidade. No passado a mãe era uma presença permanente no lar. Era ela que tomava conta dos seus filhos e geria o dia a dia da casa. A vida da família girava em torno da mãe. O pai era uma figura mais ausente, que saía cedo para trabalhar e regressava tarde. Era quem tinha de suportar as despesas. A mãe era, de certa forma, o principal motor para a coesão da família, contribuindo decisivamente para o reforço dos laços familiares. Assistia-se, inclusivamente, à coabitação com os avós (invés de serem colocados em lares), o que reforçava o sentido de património histórico de cada família que era, por essa via, assimilado pelos mais novos.

Quando a mãe começou a trabalhar fora de casa essa coesão perdeu-se em larga medida. A mãe começou a ver os filhos apenas de manhã e ao fim do dia, tendo de continuar a “tratar” da casa no restante tempo livre, ficando com muito pouco espaço disponível para o relacionamento emocional com os seus filhos. Esta mudança foi, sem dúvida alguma, um dos marcos mais significativos e decisivos para o aparecimento de um novo paradigma de relacionamento familiar. A mãe deixou de representar a “cola” essencial para a coesão.

À realidade anterior acresce a necessidade premente de infantários. Na verdade, a partir do momento em que uma criança é colocada num infantário, acaba por absorver bons e maus hábitos, por lidar com crianças de origens e problemas diversos, por aprender um vocabulário que, por vezes, não é o mais aconselhável. A criança, inclusivamente, começa a ganhar laços afetivos às educadoras, colocando-as quase ao mesmo nível do amor que sente pelos pais. Se é verdade que os infantários representam uma ferramenta facilitadora para uma socialização mais rápida e o contacto com outros seres humanos com origens distintas, também não é menos verdade que as crianças ficam, desde logo, mais expostas a vocabulários e condutas que nem sempre são as mais adequadas.

A Internet também marcou seguramente esta nova realidade. É um facto que grande parte dos nossos jovens (e adultos) consome muito do seu tempo atrás de um monitor de computador. Este hábito, saudável q.b., também neste contexto ganha uma relevância que não será despendendo referir. Um casal comum, sobretudo nas grandes áreas metropolitanas, tem de se levantar muito cedo para conseguir deixar os filhos no estabelecimento de ensino e conseguir chegar a horas ao serviço. Entre filas de trânsito, apanhar o comboio, o metro e o autocarro, falamos em cerca de três horas diárias que são perdidas em circulação entre a residência, a escola e o trabalho (três horas diárias sobretudo nas áreas metropolitanas).

No fim do dia, quando as crianças chegam a casa estão cansadíssimas, esgotadas, com forças apenas para jantar e deitarem-se de imediato pois têm de se levantar cedo no dia seguinte. Esta rotina comporta, naturalmente, alguns riscos. O ritmo acelerado e as obrigações diárias, associadas ao isolamento das crianças junto dos computadores, contribuem em larga medida para o afrouxamento dos laços na família. Se antigamente as famílias não tinham Internet (nem sequer televisão) e dedicavam muito do seu tempo disponível incentivando as pausas de qualidade, através de conversas e jogos em família, hoje em dia verificamos, com muita frequência, um total alheamento dos filhos fechados nos seus quartos ligados ao mundo virtual, em conversa com os seus amigos à distância e, até, em muitos casos, a navegar em sítios pouco recomendáveis para jovens numa idade ainda muito influenciável e vulnerável a predadores.

Um aspeto que tem moldado sobremaneira a forma de estar dos nossos jovens é, como sabemos, a televisão, sobretudo algumas séries mais visionadas, como é o caso do modelo comportamental promovido por alguns órgãos de comunicação social e o conseqüente aparecimento da designada “geração morangos com açúcar”. Na verdade, nesta série juvenil, somos confrontados com uma imagem que desvirtua a autoridade dos pais e dos professores. Em regra, quando um pai ou um professor expressa uma ordem, é muito raro que essa determinação seja acatada sem questionamentos, sem reações negativas por parte do filho ou do aluno. Questionar de forma “caprichosa” passou a ser algo natural. E é esta postura que tem sido transmitida diariamente aos milhares de jovens portugueses que já consumiram, e continuam a consumir, este produto televisivo.

Neste âmbito ganham pertinência as palavras de Maria de Jesus Barroso partilhadas num seminário no domínio da violência doméstica: sabemos “que as crianças estão parte do seu dia sozinhas em casa, têm a chave de casa. É um fenómeno corrente hoje em Portugal, como noutras partes do mundo. Lembro-me de quando li os trabalhos dos Drs. Centerwall e Huesmann nos Estados Unidos sobre a violência nos meios de comunicação, que eles falavam neste caso das chaves da casa nas mãos das crianças. Crianças de 10 anos que já têm a chave de casa porque o pai e a mãe trabalham e que, portanto, estão expostas às mensagens de violência que lhes transmitem. Se lhes perguntarmos, aliás, o que é que fazem depois de fecharem a porta, é automática a resposta: abro a televisão! É aquilo a que João Paulo II chamava “a ama eletrónica”. É, de facto, a TV que toma conta deles, que lhes quebra a solidão, tal como faz aos idosos. Mas os mais velhos têm outras defesas ao passo que os mais novos sofrem a terrível influência que ela exerce sobre eles, deformando-os em vez de os ajudar a formarem-se como cidadãos sensíveis e preparados para um futuro de paz e de solidariedade [...]”⁴.

Uma outra realidade que tem alterado profundamente o crescimento saudável das nossas crianças tem sido seguramente o crescendo de divórcios na sociedade contemporânea. Na verdade é fácil compreender que ser pai ou mãe a “meio-tempo” conduz a que, muitas das vezes, os pais não demonstrem um comportamento disciplinador junto dos seus filhos no pouco tempo que estão juntos. Muitas vezes a tendência dos pais é seduzir os filhos na esperança de que não os deixem de amar. Muitos despachos de regulação judicial das responsabilidades parentais são elucidativos disso mesmo, dessa vivência triste que obriga a estar expresso no papel a forma detalhada como a criança deverá distribuir o seu tempo entre o pai e a mãe. No pouco tempo de convívio é natural que os progenitores desvalorizem, em parte, o seu papel de educador. No entanto, esta postura tem implicações no futuro pois vai gerar um adulto mal preparado para enfrentar os obstáculos da vida.

⁴ BARROSO, Maria de Jesus (2005) Comunicação, pp.13, Seminário *Prevenção da Violência Doméstica: Políticas Locais e Intervenção de proximidade*, Coletânea de Comunicações, Lisboa: EMCVD.

Autores:
A colocar na
Bibliografia, e
Disponibilizar online

Contudo, importa referir que o que “desencadeia a delinquência é a existência de um conflito grave entre os pais, quer estes coabitem, quer estejam separados. É, portanto, preferível viver numa família em que os pais estejam divorciados do que numa em que há conflito entre eles”⁵, tendo em consideração que “diversos trabalhos de investigação verificam que não há qualquer relação entre o eventual sofrimento, angústia e incertezas causados pela separação dos pais e os comportamentos delinquentes ou violentos dos filhos. Com efeito, os estudos científicos sugerem que os fatores relacionais são bem mais determinantes do que os fatores estruturais no que respeita ao papel da família relativamente à delinquência juvenil. Ou seja, o divórcio ou a ausência de um dos pais parece ser menos responsável pela criminalidade do que a má relação entre os cônjuges”⁶.

A incapacidade de viver com a dificuldade é um outro fator a ter em consideração. No seguimento dos pontos anteriores resulta uma tremenda falta de capacidade para gerir as frustrações, os medos, os receios e a negação. Como é que é possível um adulto, que foi educado num ambiente de facilitismo, excessivamente protecionista, de liberdade quase total, conseguir, mais tarde, ter capacidade para enfrentar a rejeição, a incapacidade para ultrapassar desafios sem cair em depressões ou desistir à primeira tentativa? Não será que é por isso mesmo que hoje, mais do que nunca, assistimos a uma procura sem precedentes aos serviços de psicólogos clínicos, inclusivamente para crianças? Há uma frase inquietante, inclusivamente, que passou a “estar na moda” no vocabulário de muitos pais: não consigo “dar conta” do meu filho.

Quando existe pouco convívio entre pais e filhos é natural que os laços “afrouxem”. Já vimos que os casais da sociedade hodierna têm um ritmo de vida extremamente ocupado e acelerado. Levantam-se cedíssimo, perdem horas da sua vida em transportes, no meio do trânsito e chegam a casa exaustos. O convívio entre pais e filhos tem pouco espaço de manobra. E ao fim de semana, muitas das vezes, assistimos aos filhos (e até aos pais) fechados nos quartos agarrados à Internet, às redes sociais, aos *chats*. O convívio existe em doses muito pequenas. Assiste-se, assim, a uma perda da coesão familiar. Isto explica em larga medida porque é que, há umas décadas atrás, era impensável um filho abandonar um pai ou uma mãe (pelo menos de forma tão expressiva); e hoje em dia esse gesto passou a ser dolorosamente comum. Não é por acaso que a APAV desenvolveu, há poucos anos, uma campanha no sentido de alertar a sociedade civil para este fenómeno: dos pais abandonados nos hospitais quando se tornam um incómodo para os seus filhos. Laços fortes evitam este tipo de gesto tão censurável.

Não será também de estranhar que todos os anos morram muitos idosos sozinhos em suas casas; e só ao fim de algumas semanas ou meses é que são descobertos, pois um vizinho mais atento deu pela falta daquela pessoa. Não é também por acaso que há vários anos que as forças policiais desenvolvem o projeto designado como “idosos em segurança”, onde se procede, com regularidade, à visita quase diária de muitos dos idosos que vivem sozinhos, de forma vulnerável, completamente abandonados pelos familiares; e sobretudo por se verificar que muitos dos nossos idosos morrem sozinhos e só ao fim de vários dias ou semanas (por vezes meses) são encontrados sem vida.

As práticas de violência intrafamiliar encontram também aqui, em consequência, uma grande margem de manobra. Na verdade, diminuindo o respeito pela figura do Pai ou da Mãe, a predisposição para a agressão dos filhos em relação aos progenitores passou a ser mais casual. As estatísticas comprovam isso mesmo.

⁵ KUHN, André e AGRA, Cândido de (2010) *Somos todos criminosos?*, pp. 55, Alfragide: casa das letras.

⁶ Idem.

Autora:
A colocar na
biblioteca, e
disponibilizar online

A CRISE DA EDUCAÇÃO E A PROCURA DE SOLUÇÕES

Sabemos que a trilogia religião, escola e família está hoje em crise. E, consciente disso, Portugal alimenta uma necessidade em ouvir investigadores estrangeiros que vêm denunciar aquilo que, muitos de nós, já diagnosticámos. Senão vejamos:

Numa edição de março de 2009 da revista *Visão*⁷ surge, a certo momento, uma interessante entrevista com Aldo Naouri, pediatra e especialista francês na área, sendo autor da obra *Educar os Filhos*, quinto livro dedicado à temática das crianças.

Ao longo de poucas páginas chegamos às seguintes principais conclusões que nos parecem de uma evidência atroz: o especialista francês advoga o regresso da firme autoridade parental. Segundo o especialista, os pais aparecem cada vez mais nos consultórios a pedir ajuda para lidar com o comportamento dos seus filhos. Esta realidade tende a aumentar, conforme se comprova na multiplicação considerável de educadores de toda a espécie. Aldo Naouri refere que, desde sempre e em todas as civilizações, era o filho que fazia tudo para agradar aos pais e ganhar-lhes respeito. Mas, desde que passou a ter atenção em demasia, a criança deduziu que estava numa posição em que não precisava de dominar os seus impulsos. E com a demissão dos pais, ela multiplica os seus caprichos. E porque é que os pais têm tanta dificuldade em dizer “não”? Segundo Aldo Naouri esta questão prende-se com o facto de os pais terem adotado uma atitude completamente diferente da que tinham para com eles, quando eram crianças. A sua sensibilidade aos direitos que ganharam com a democracia fizeram-nos rejeitar o modelo baseado na autoridade e acreditar que a criança precisa apenas de amor para crescer. Chegam a pensar que dizer “não” é um resquício de autoridade que antes condenaram. Só que, com isso, deixaram o seu filho entregue à tirania das suas pulsões, sem saber como combatê-las. Fará o seu caminho com condutas cada vez mais provocatórias.

Segundo o especialista os pais andam mais preocupados em “seduzir” os filhos do que em educar. A crise na educação é uma consequência da perda da autoridade dos pais. E esta perda está também ligada ao desaparecimento do papel que o progenitor tinha na família. Antes, não havia espaço para a criança se tornar o centro da vida dos adultos que lhe estavam mais próximos. Os filhos, entretanto, ganharam esse lugar. A proposta de solução, adianta Aldo Naouri, passa por substituir o *slogan* “a criança primeiro”, por “o casal primeiro”.

Apenas quatro meses mais tarde, em julho, a revista *Única*⁸ publicou um artigo sobre a importância do “Não”, onde a psicoterapeuta infantil Asha Phillips diz que a incapacidade dos pais modernos de contrariarem os filhos está a criar uma geração de tiranos.

Também neste caso, mais uma vez, voltamos a escutar a voz de uma especialista estrangeira para nos confirmar aquilo que já sabemos: os limites devem começar a ser colocados quando as crianças ainda andam ao colo; o medo dos pais de errar é grande, mas em vez de transmitirem segurança aos filhos asfixiam o desenvolvimento da sua independência e criam crianças infelizes e inadaptadas. A dificuldade em dizer “não” é uma herança do pós-guerra. As pessoas passaram a achar que tudo o que era rígido era fascista. O legado negativo dos anos 60 do século passado foi deseducar. Essa geração educou outra que cresceu desamparada, com demasiada liberdade.

⁷ CAMPOS, Teresa (2009), *Pais demissionários, filhos caprichosos*, n.º 837, pp. 94-96, 19 de março, Lisboa: revista VISÃO.

⁸ MOLEIRO, Raquel (2009) *A importância de um “Não”*, pp. 68-71, Sentimentos, edição de 25 de julho, Jornal Expresso, Lisboa: revista ÚNICA.

Muitas mães que trabalham sentem uma enorme culpa pois sentem que não se dedicam a tempo inteiro aos filhos. Sentem que não estão a cumprir bem o seu papel. E como a maioria ainda tem a exclusividade das tarefas domésticas mal chega a casa diz-se “sim” para amainar a culpa.

Tentar impor regras a um adolescente que nunca as teve é quase uma impossibilidade. Não é, por isso, de estranhar que uma criança educada numa linha facilitista, que não tenha convivido com a necessidade de gerir obstáculos e o confronto com o “não”, a importância de princípios fundamentais como o respeito pelos mais velhos, o peso da “palavra de um Homem”, a importância em revelar nobreza nos comportamentos, no “saber estar”, nos gestos e no falar, degenerem num adulto com muitas dificuldades em conviver com a adversidade e que, com maior facilidade, assuma comportamentos desviantes. Um ser humano educado para os valores está mais preparado para resistir a um ímpeto criminoso. Porque os princípios enraizados no espírito impedem-no de tal ato. Pelo menos num cenário que não seja de “extremo”⁹.

Isto não é novo. A subida ao poder de “Margaret Thatcher na Grã-Bretanha, e de Ronald Reagan nos EUA [...] conduziu a uma abordagem do crime baseada num vigoroso enfoque na imposição da lei e da ordem, em ambos os países. Ligava-se o crescimento do crime e da delinquência à degeneração moral, ao declínio da família, e à erosão dos valores tradicionais”¹⁰.

Outro exemplo sintomático que nos deve conduzir à reflexão é o episódio ocorrido recentemente no Japão. Enquanto “o Japão conta os mortos (quase 17 mil, segundo as últimas estimativas oficiais) e eleva de quatro para cinco o nível de alerta nuclear, já a dois níveis do que se atingiu em Chernobyl, um jornalista da CNN, Jack Cafferty, não esconde a surpresa e faz uma pergunta: «tendo em conta a escassez de comida e a incrível destruição, incluindo em Tóquio, por que razão não estão a ocorrer episódios de pilhagens e vandalismo no Japão?»» Cafferty estabelece um paralelo com o que sucedeu no seu próprio país depois da passagem devastadora do furacão Katrina e cita um colega, Ed West, do *Telegraph*. West escreveu uma crónica na qual se confessava «estupefacto» pela reação ordeira do povo japonês ao terramoto e ao tsunami, e do sentimento de solidariedade que encontrou um pouco por todo o lado. Cafferty adianta uma explicação: os japoneses possuem um código moral tão elevado que se mantém intacto mesmo nas horas mais sombrias, mesmo quando só existe destruição em redor»¹¹. Dentro dos 5700 cofres encontrados nos escombros do terramoto que atingiu o Japão foi encontrada muita lama. Mas não só: as pequenas caixas-fortes que os japoneses descobriram e devolveram à polícia continham um total de 24 milhões de euros, a juntar aos 38 milhões que foram encontrados dentro de carteiras desaparecidas. Os japoneses perderam muita coisa depois da tragédia, mas mantiveram a reputação de serem honestos: no total, foram devolvidos cerca de 62 milhões de euros. Perceber a quem pertenciam não foi difícil: a polícia encontrou em quase todos os cofres objetos pessoais, carteiras e documentos de identificação com moradas. Complicado foi encontrar os proprietários daquele dinheiro todo. “O facto de estes cofres e carteiras terem sido levados, significa que as casas onde estavam também foram afetadas”, explicou Koetsu Saiki, porta-voz da polícia. “Depois de perceber se as pessoas tinham sobrevivido, tivemos de perceber para onde

⁹ Fazemos esta referência pois acreditamos que, em alguns cenários extremos (por exemplo, o caso de um pai que assiste à violação ou ao homicídio de uma filha), os instintos primários conseguem, por vezes, contrariar um conjunto de princípios assente numa educação sólida; sendo certo que, mesmo nestes casos, a educação pode contrariar uma reação negativa.

¹⁰ GIDDENS, Anthony (2009), *Sociologia*, pp. 223, 7.ª edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

¹¹ Texto de autor desconhecido que circulou na internet após o episódio ocorrido no Japão (2011).

Autor:
A colocar na
bibliografia, e
disponibilizar online

tinham sido evacuadas”. Alguns dos cofres encontrados estavam vazios, mas noutros, além de dinheiro, havia barras de ouro, antiguidades e até o cordão umbilical de bebês (uma recordação do nascimento que tradicionalmente os japoneses guardam).¹²

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma como a educação é encarada apresenta, como vimos, uma relação muito íntima com a maior, ou menor, predisposição para a prática de comportamentos desviantes. Pessoas com um código de valores enraizado no espírito apresentam uma menor predisposição para o desvio. Pois a educação não lhes permite, em regra, essa exteriorização.

Os pais devem investir nas emoções através dos seus filhos, reforçando os laços que unem as pessoas. O futuro de uma nação assenta nas suas crianças, nos valores e na produção de conhecimento. O futuro depende das opções de hoje. Contudo, falta coragem, para assumir que não somos todos iguais, que existem pais e filhos, professores e alunos, educadores e educandos, que deve existir um ascendente e uma autoridade respeitada. Cada um com um papel que deve ser assumido em plenitude. Assumir que existem pessoas mais velhas que, pela sua experiência de vida, merecem o respeito da comunidade, sobretudo dos mais jovens. Merecem ser ouvidas, escutadas em silêncio, sem interrupções, sem questionamentos com laivos de “capricho”.

Que a autoridade (não confundir com autoritarismo) deve ser assumida e não desvalorizada ou mendigada. Que estamos cansados de “pedagogias românticas” (pegando na expressão de Nuno Crato) e de teóricos cujas teses não encontram qualquer eco no mundo real. Que os pais devem assumir-se como responsáveis por desenvolver uma educação para os valores, assente em disciplina, respeito pelos mais velhos, obediência, sem olvidar o necessário acompanhamento próximo, atento, vigilante, de partilha, de relacionamento emocional, que vise reforçar os laços familiares, contrariando o atual afrouxamento que tem conduzido ao abandono de largas centenas de idosos todos os anos nos hospitais portugueses. Perceber que temos de “recuar um pouco atrás” e voltar a acreditar que a palavra de um Homem deve encerrar o mesmo valor que já viu no passado. E, porventura, definir uma verdadeira estratégia nacional para a educação que seja assumida por todos os operadores políticos, já que a “educação tem sido de há muito um campo de luta política e continua a sê-lo neste novo século”¹³. A educação para os valores tem, como vimos, reflexos nos comportamentos humanos e, conseqüentemente, na ausência e controlo de práticas desviantes. Se continuarmos a persistir para uma educação que não é direcionada para os valores aguarda-nos um futuro sem esperança.

Algo tem de mudar. Necessariamente.

Autor:

A colocar [

na bibliografia

¹² In www.sabado.pt (23.05.2012).

¹³ GIDDENS, Anthony (2009), Sociologia, p. 498, 7.ª edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.